Prefácio

**A “Rosa Branca” no contexto da resistência alemã durante o “Terceiro Reich”: Breves considerações**

Rainer Hudemann

Universität des Saarlandes e Université Paris-Sorbonne

Resistência contra o nacional-socialismo – na retrospectiva, muitas pessoas no mundo se surpreendem de que ela não tenha sido mais ampla e eficaz. A história da “Rosa Branca” poderá fornecer algumas pistas para responder essa questão altamente complexa.

O livro de Inge Scholl é um testemunho de época tanto para a história da “Rosa Branca” e da resistência juvenil durante o “Terceiro Reich” quanto para a percepção da resistência durante os quinze anos subsequentes ao final da guerra na Alemanha Ocidental do pós-guerra e no mundo ocidental.[[1]](#footnote-1) É nesse contexto, em que a tese dos aliados acerca da culpa coletiva do povo alemão também exerceu um papel fundamental, que se inserem livros como o de Inge Scholl, que foi elaborado entre 1947 e 1952. Ainda em 2013, um professor da Universidade de Paris-Sorbonne pode constatar que dentre os diferentes temas relacionado ao “Terceiro Reich”, o que suscita maior interesse dos alunos é a resistência alemã porque a maioria deles nunca ou pouco ouviu falar do assunto antes do seu curso.

**1. Condições gerais da resistência durante o “Terceiro Reich”**

No grupo informal que se encontrava em diferentes constelações em Munique e mantinha contatos em outras cidades, reuniam-se estudantes universitários que não necessariamente se opunham ao regime desde o seu início. Mesmo assim, eles assumiram riscos durante a guerra que rapidamente se tornaram conhecidos fora da Alemanha e de cuja periculosidade tinham plena consciência. Na engrenagem do extermínio encabeçado pelo regime nacional-socialista, a qual se radicalizava cada vez mais e cada vez mais rápido de 1933 a 1945, vários desses estudantes pagaram com suas vidas. Em 1933, a maioria deles tinha entre 12 e 16 anos. Vejamos como era o seu entorno na época.

Em janeiro de 1933, em consequência de um deterioro progressivo dos mecanismos de controle do estado constitucional democrático desde 1930, um pequeno grupo composto por membros das elites conservadoras logrou pressionar o Presidente Hindenburg – que estava plenamente ciente do perigo deste ato – a entregar o cargo de Chanceler do *Reich*\* a Adolf Hitler. Em outras palavras: ao líder do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP\*), um partido que nunca estivera em condições – nem mesmo em 5 de março de 1933, já sob a ditadura – de conquistar a maioria dos votos, que já havia perdido cerca de dois milhões de votos entre as eleições parlamentares de julho e de novembro de 1932 e estava financeiramente à beira da ruína. O aparato de propaganda de Hitler imediatamente reinterpretou a nomeação ~~– com repercussão que dura até os dias de hoje~~ – como uma “tomada de poder” que era atribuída à dinâmica do “movimento nacional-socialista”. Nada disso era verdade.

De fato, o regime logo desenvolveu essa alegada dinâmica imediatamente, mas num sentido totalmente diferente. Hindenburg imediatamente autorizou Hitler a dissolver o parlamento (*Reichstag*) com o objetivo de realizar novas eleições, o que anteriormente havia negado ao general von Schleicher, o predecessor do chanceler. A dialética altamente eficiente de violência explícita das tropas de combate da SA\*, ligadas ao partido, nas ruas e uma política de ordem pública vinda dos altos escalões do governo, com a suposta missão de combatê-la, desencadeou uma onda arrasadora de medidas pseudo-legais e também abertamente ilegais. O objetivo era a destruição completa da Constituição da República de Weimar – juridicamente nunca revogada – e da ordem política na Alemanha. Além de centenas de campos ilegais nos mais diversos recintos, desde março de 1933 foram instalados, pública e ostensivamente, campos de concentração, os primeiros em Dachau, perto de Munique, e em pleno centro da cidade de Oranienburg, nas redondezas de Berlim. Mais tarde, este último foi ampliado e transferido para os arredores da cidade, com o nome de KZ Sachsenhausen. O conceito do campo de concentração fora difundido desde a internação dos bôeres na África do Sul pela administração britânica em 1901 durante a Guerra dos Bôeres. Num primeiro momento, não era um conceito especificamente nacional-socialista. O terror do partido, que rapidamente se transformou em terror do Estado, logo se tornou onipresente.

Recorrendo ao conceito do “Terceiro Reich”, Hitler imediatamente pleiteou o direito de ser o realizador da História da Alemanha depois da queda do Sacro Império Romano-Germânico em 1806 e do Império Alemão em 1918. Essa explicação para o sucesso dos nacional-socialistas fundamentada em tradições alemãs foi se consolidando em alguns âmbitos da ciência e, sobretudo, numa visão bastante difundida fora da Alemanha. Porém, até hoje quase não foi discutido o fato de o conceito ter se originado no próprio cerne da propaganda nazista e que portanto a sua existência até os dias de hoje pode ser classificada como um legado intireto deles apesar da sua derrocada em 1945.

Os eventos de 1933 eram interpretados de maneira totalmente oposta – seja como catástrofe, seja como “revolução nacional”, para usar as palavras de Hitler. Em todos os agrupamentos políticos, não somente entre liberais, socialdemocratas e comunistas, muitos reconheceram o perigo do desmantelamento a olhos vistos da Constituição, da cultura política e dos direitos fundamentais, apesar de em 1933 o partido comunista ainda ter prosseguido a sua luta desastrosa contra a liderança dos socialdemocratas, já iniciada na fase final da República de Weimar. Até a sua derrocada, os dirigentes nacional-socialistas não estavam em condições de definir claramente quem deveria ser classificado como “judeu”, já que o seu conceito de raça na época não passava de uma construção fictícia, e por tal motivo recorreram à definição através da confissão religiosa – por exemplo, no 1° decreto de execução das “Leis de Nuremberg” de 1935, aparentemente tão claras. Porém, tal definição “do judeu” em constante processo de transformação e radicalização tornava-se cada vez mais perigosa para os próprios. Ficou evidente para todos a exclusão dos cidadãos judeus da sociedade, imediatamente colocada em prática a partir do dia 1° de abril de 1933, por exemplo, com a perda do trabalho e da aposentadoria – logo afetando também um terço dos professores universitários – e a ameaça violenta de consultórios médicos e comércios. Foi o início de uma série de mais de 700 decretos e leis. Durante os 12 anos seguintes, o regime achacacou cada vez mais a vida dos cidadãos judeus e provocou um sofrimento terrível que culminou em mortes horríveis para a maioria daqueles que não podiam ou queriam fugir para o exterior ou que foram escondidos por outras pessoas. Mais tarde, a Rosa Branca viria a condenar tanto esses crimes quanto a morte inútil do ponto de vista militar de centenas de milhares de soldados alemães na Europa oriental.

Ao mesmo tempo, Hitler conseguiu apresentar-se como defensor da segurança pública. No dia 30 de junho de 1934, liderou pessoalmente o assalto à liderança da SA\*, que exigia uma “segunda revolução” e, portanto, estava se transformando numa concorrência. A ofensiva assassina que, entre outros, também vitimou o general von Schleicher e sua esposa, foi legitimada pelo renomado jurista Carl Schmitt. Para alguns, a medida foi a prova de uma escalada da violência cada vez mais acentuada, mas para outros, o sinal de uma “política de segurança pública” para combater a violência nas ruas.

Antes dos Jogos Olímpicos, a onda de violência contra os cidadãos judeus parecia ter recuado. Os judeus europeus haviam sofrido uma grande quantidade de pogroms desde a Idade Média, não somente nas décadas anteriores a 1933 e, sobretudo, na Europa oriental. Mas a perseguição sempre havia acabado em algum momento. Por tal motivo, muitas pessoas sustentavam a ilusão de que as Leis de Nuremberg pelo menos haviam trazido “clareza” e que depois de uma tal fase de violência a vida poderia se normalizar, também na Alemanha. Um ou outro até retornou do exterior e permaneceu na Alemanha até ser tarde demais para uma emigração salvadora. Num primeiro momento muitas pessoas deste entorno acreditavam na “revolução nacional” proclamada por Hitler contra a “humilhação de Versalhes”, principalmente na radical fase inicial de 1933/34, momento em que talvez ainda existia alguma chance de mudar o rumo dos acontecimentos.

Em termos de política exterior, Hitler foi extremamente habilidoso ao conclamar publicamente como suposto objetivo inicial a alteração das principais disposições do Tratado de Versalhes, que eram rejeitadas por todos os partidos na Alemanha. Seu primeiro sucesso na política exterior foi a assinatura da Concordata entre o *Reich*\* e a Santa Sé em 20 de julho de 1933, duas semanas depois da autodissolução do tradicional Partido do Centro Católico, induzida pelo próprio Vaticano. Para a Igreja, a concordata estava no contexto secular para garantir a sua existência através de tratados oficiais, fechados desde o século XIX – inclusive com a Itália fascista, em 1929. Porém, isso logo revelou ser uma ilusão fatídica. Para Hitler, entretanto, a questão foi um sucesso com grande repercussão dentro e fora do país. Para os setores católicos na Alemanha, em que predominava um distanciamento do nacional-socialismo, esse reconhecimento oficial do regime por parte da Igreja tornou-se um grande problema. Isso também afetava os padres das pequenas paróquicas que trabalhavam com jovens e estavam altamente preocupados com a situação. Alguns membros ou simpatizantes da Rosa Branca provinham deste entorno católico. As igrejas protestantes dividiram-se numa “Igreja Confessante”, que viria a preparar o solo para um grande leque de atividades de resistência, e os “Cristãos Alemães”, que tentavam legitimar a ideologia nacional-socialista com argumentos teológicos.

A sequência conhecida dos sucessos na área da política externa continuou se propagando desde então: em 1933, foi organizada uma gigantesca Romaria da Túnica Santa em que a SA\* assumiu a guarda de honra na Catedral de Treves (Trier). Entretanto, o objetivo era conquistar o apoio da Igreja para convencer a população, sobretudo da região do Sarre, a votar a favor da reintegração ao *Reich*\* alemão, agora nacional-socialista. O Tratado de Versalhes previa que tal região, que estava sob administração da Liga das Nações desde 1920, realizasse um plebiscito em 1935. Trata-se da região de onde provinha Willi Graf. O resultado de quase 90 % dos votos favováreis à reintegração foi festejado pela propaganda nazista como o segundo grande sucesso em termos de política exterior. Outros fatores que ajudaram a consolidar o regime foram a reintrodução do serviço militar obrigatório e, no mesmo ano, o tratado naval com a Grã-BretanhaããAUI, que pretendia frear o rearmamento “secreto” dos alemães e, na verdade, acabou sancionando-o, e ainda, em 1936, a invasão/investida do exército alemão na Renânia, que fora desmilitarizada em 1919/1925. Tais acontecimentos também afetaram diretamente os futuros integrantes da “Rosa Branca” e os seus familiares, já que os jovens estavam ou quase estavam na idade do alistamento militar. Para muitos deles, o serviço militar de 1939 viria a desembocar na guerra e a devorar toda a sua juventude.

Esta breve caracterização permite vislumbrar porque também os jovens foram tão suscetíveis a criar ilusões acerca do verdadeiro caráter do regime. De uma forma geral, a população compartilhava-as. Com a suposição de que o radicalismo seria um problema inicial ocasionado pela situação devastadora depois da grande depressão, mais de um cidadão conseguiu tranquilizar – e enganar – a si mesmo. O apoio do regime, principalmente nos primeiros anos, pelas elites conservadoras, como aquelas representadas pelo professor Huber, não tinha somente um lado moral. O reconhecimento que se evidenciava gradualmente de que as normas e o comportamento dos próprios cidadãos contribuíam de maneira decisiva para o apoio do regime e que os nacional-socialistas almejavam tudo menos uma política nacional-conservadora, aos poucos foi gerando o planejamento de atos de resistência até mesmo em círculos conservadores. E, numa perspectiva de longo prazo, essa experiência também preparou o solo para que depois de 1945 uma grande maioria dessas elites se distanciasse de uma política autoritária e passasse a apoiar uma Alemanha democrática. Neste sentido, a resistência conservadora, que se formava timidamente, também expressava uma profunda transformação das elites alemãs.[[2]](#footnote-2)

O apoio de grandes partes das elites ao regime, entretanto, também foi fundamental para criar possibilidades de resistência, já que em pouco tempo elas eram os únicos que ainda ocupavam posições que possibilitavam organizar a resistência com sucesso – principalmente no âmbito militar. De uma forma geral, socialdemocratas, comunistas e liberais eram rapidamente encaminhados a prisões e campos de concentração ou partiam para o exílio e em 1933 sua força política foi tolhida num período relativamente curto. Além disso, a Gestapo\* tinha cada vez mais êxito em desmantelar as estruturas ilegais que o partido comunista ia criando em tentativas seguidas, o que também potenciava o perigo para qualquer iniciativa de resistência que quisesse se aliar aos comunistas – inclusive as conservadoras,. A história do atentado frustrado a Hitler no dia 20 de julho de 1944 é um dos exemplos mais evitentes. O fato de Claus Schenk von Stauffenberg ser o único conspirador naquele dia com acesso direto a Hitler no seu posto de comando na Prússia oriental e, ao mesmo tempo, ser imprescindível no quartel-general do Exército na distante Berlim devido à sua posição de comando para o exército de reserva, ilustra esse dilema e contribuiu significativamente para o fracasso dessa tentativa de golpe.

Quanto mais o potencial para dissenso ou resistência se ampliava, entretanto, também diminuíam as chances para ações eficientes. Um aspecto não negligenciável no cotidiano do serviço militar era que a munição dos soldados que prestavam o serviço obrigatório era rigidamente controlada e, portanto, não podia ser usada para atentados. De qualquer forma, depois do início da guerra, Hitler aparecia cada vez menos em público, e com o tempo nem aparecia mais.

Outro conflito fundamental para os milhões de soldados – entre eles, os homens da Rosa Branca – era o juramento que cada um tinha que fazer a Hitler pessoalmente, possibilidade esta que a direção da *Reichswehr*\* oferecera voluntariamente a Hitler depois da morte de Hindenburg no início de agosto de 1934.[[3]](#footnote-3) Eram justamente essas questões acerca da legitimidade política e jurídica do regime nacional-socialista que estavam no centro das discussões nos panfletos da Rosa Branca. A resistência ativa, ou mesmo um atentado, e, dependendo das circunstâncias concretas, também o não cumprimento de ordens não eram considerados atos de defesa da pátria, como no restante da Europa ocupada pelas tropas alemãs, mas sim alta traição. Por tal motivo, eram penalizados como tais, apesar de o Código Militar da época isentar os soldados de cumprirem ordens propriamente criminosas. A grande maioria dos soldados em campanha julgavam que as ações da Rosa Branca eram alta traição – mesmo depois da guerra.

Somente a Justiça das forças armadas\* alemãs – sem contar a SS\* e outros órgãos – pronunciou em torno de 50.000 sentenças de morte contra os próprios soldados durante a guerra, das quais cerca de 20.000 foram executadas. Tais números não incluem as dezenas de milhares de ordens de missão no front e o destacamento para uma “companhia penal”, o que era praticamente equivalente a uma sentença de morte - tendo em vista a maneira pouco profissional com que os alemães conduziam a guerra. A título de comparação: o exército estadunidense prolatou em torno de 750 sentenças de morte, das quais pouquíssimas foram executadas. Os soldados também sofriam outro tipo de pressão no cotidiano da guerra, marcado pelo permanente perigo e pelo medo da morte, que para muitos se estendeu por vários anos: a solidariedade. Não se podia deixar os camaradas na mão.[[4]](#footnote-4) Nessas condições, os jovens que inicialmente tinham uma postura até positiva em relação ao regime, ainda tinham um longo caminho a percorrer até a resistência ativa.

**2. Formas de resistência[[5]](#footnote-5)**

No iníco do pós-guerra na Alemanha ocidental, as formas evidentes e chamativas de resistência, como o atentado de 20 de julho de 1944, estavam no foco das atenções. Uma quantidade considerável de outras tentativas de atentado havia falhado, por exemplo aquelas engendradas por militares como Rudolf von Gersdorff ou Henning von Tresckow. Em 8 de novembro de 1939, Hitler havia saído mais cedo da cervejaria *Bürgerbräukeller* em Munique, antes que a bomba do trabalhador Georg Elser explodisse. Algo parecido aconteceu em outras ocasiões. O coronel-general Ludwig Beck, figura fundamental do atentado de 20 de julho de 1944, já havia começado os preparativos do golpe de estado em 1938, quando a política bélica de Hitler conduzia o país a uma guerra generalizada que a Alemanha não poderia ganhar. Depois do impedimento provisório de uma guerra através da convenção de Munique que pressionou a Checoslováquia a ceder regiões predominantemente habitadas por pessoas de origem germânica, já não havia mais justificativa para um golpe. Os primeiros passos da política do pós-guerra ainda estavam marcados pelos planos baseados em concepções autoritárias de um círculo em torno do ex-prefeito de Leipzig, Carl Goerdeler, que foi fortemente apoiado pelo industrial Robert Bosch. Entre os círculos que planejavam um futuro sistema para a Alemanha, aquele que tinha uma concepção social e política mais ampla era o círculo de Kreisau, cujo nome remete à propriedade rural do conde James von Moltke, localizada na atual Polônia. Este círculo era integrado por socialdemocratas, sindicalistas, representantes das igrejas e da antiga nobreza. Através de Moltke e seu amigo Eivind Berggrav, bispo norueguês e um dos principais líderes da resistência, os panfletos da Rosa Branca chegaram às mãos dos aliados que, de aviões, deixavam cair milhares deles pela Alemanha. Thomas Mann, Prêmio Nobel de literatura, divulgou-os internacionalmente através dos seus frequentes programas de rádio no exílio americano.

No decorrer das décadas do pós-guerra, foram revelados cada vez mais detalhes sobre a resistência, dado que a pesquisa sobre o “Terceiro Reich” descobria e explorava cada vez mais aspectos e campos de pesquisa novos. Por um lado, a extensão, a motivação e as estruturas do apoio ao regime foram estudadas de maneira cada vez mais diferenciada e aprofundada. Por outro lado, evidenciavam-se cada vez mais atitudes que podem ser atribuídas ao vasto campo da resistência. No âmbito mais estritamente individual, isso inclui atos de sabotagem de trabalhadores alemães e estrangeiros, círculos de discussão das mais diversas tendências, como a primeira fase da “Rosa Branca”, a distribuição de panfletos, organizações de resistência nos campos de concentração, a oferta de esconderijos a cidadãos judeus e outras pessoas em perigo ou o cumprimento ostensivo de cidadãos judeus em público, que era proibido. Martin Brozat considerou como “resistência” todas as formas de “rejeição, limitação, restrição efetivas do regime nacional-socialista ou dos seus objetivos, independentemente da motivação, da justificativa ou da convicção individual“. Ian Kershaw usa o termo “dissenso” para designar as formas menos espetaculares de resistência. As obras mencionadas nas notas deste prefácio dão pistas para uma discussão mais ampla sobre tais tipologias que não poderão ser abordadas a fundo aqui. É importante destacar que mesmo ações que não seriam caracterizadas como resistência do nosso ponto de vista de hoje eram combatidas como tais pela Gestapo\*, e de maneira cada vez mais generalizada no decorrer da permanente radicalização da violência. Uma piada contada num restaurante, da qual se poderia depreender algum tipo de dúvida sobre a “vitória final” da Alemanha, poderia levar a pessoa ao campo de concentração e à morte por “perfídia” e corrupção do poderio militar. O franco desespero que tomou conta dos governantes até o mais alto escalão do poder diante dos panfletos da Rosa Branca mostrou o efeito que tais ações, apesar de não apresentarem nenhuma chance real de golpe, podiam desenvolver.

**Inge Scholl e a Rosa Branca**

A trajetória do livro de Inge Scholl ilustra o quanto a onipresença do “Terceiro Reich” marcou a Alemanha pós-guerra. No princípio, o objetivo era redigir uma espécie de crônica de família, motivo pelo qual Hans e Sophie Scholl tiveram uma posição de destaque. Depois, pretendia ser um livro direcionado a um público jovem. Ambos podem ser observados no estilo da autora. Mas no final das contas, o livro acabou tendo uma distribuição internacional totalmente inesperada e se tornando o símbolo da coragem da juventude alemã durante o “Terceiro Reich”. Muitos dos dados fornecidos por Inge Scholl são imprecisos, a cronologia é praticamente imperceptível e acontecimentos de várias épocas diferentes são bruscamente apresentados lado a lado. Mas Inge Scholl expressamente não reivindicou para si o papel de historiadora da resistência. Seu ensaio deveria ser lido como testemunho de época que relata de maneira impressionante as pressões, experiências, reflexões e sofrimentos subjetivos sob a ditadura, mas também mostra quais recortes dos temas abordados nos panfletos lhe pareceram ter especial importância na primeira fase da Alemanha pós-guerra. Muitos fatos são verdadeiros, por exemplo, o papel, hoje documentado em várias outras fontes, da Juventude Hitlerista\*, inicialmente recebida com entusiasmo mas organizada de maneira autoritária, para a formação do dissenso crescente entre os jovens. Grupos como os “piratas da flor de neve” ou a “juventude swing”, que ouvia música americana, eram castigados por tal comportamento desviante com campo de concentração para jovens e, muitas vezes, também com a morte.

O efeito das experiências de terror do partido, guerra, bombas, medo por familiares na guerra, medo da derrota e total incerteza sobre o futuro da Alemanha – tudo isso contribuiu para idealizar todos aqueles que foram vitimados pelo regime de maneira especialmente marcante para o público. Vários dos soldados sobreviventes haviam perdido seus anos de juventude. Ingressaram nas universidades para iniciar ou dar seguimento aos seus estudos numa idade relativamente avançada. Vários deles distanciaram-se das tentativas de golpe dos seus colegas assassinados, outros viam nos panfletos contribuições importantes para um recomeço.

Nos anos do pós-guerra, a prioridade na Alemanha era a reconstrução material e política, o retorno às tradições democráticas da história alemã, contrariamente à interpretação bastante difundida fora da Alemanha de que o nacional-socialismo teria sido a expressão da “alma alemã”, a consequência de uma mentalidade de obediência servil aos dirigentes que seria parte do “caráter do povo alemão”. Alguns políticos, cientistas e cursos de formação para soldados destacados para as zonas de ocupação dos aliados identificaram as raízes desse fenômeno até mesmo no próprio Lutero e associavam essa atitude com o militarismo e imperialismo – supostamente inato – dos alemães. Até hoje pode-se ouvir ou ler tais interpretações cujas origens remontam à psicologia antropológica do século XIX.

A reconstrução das instituições democráticas exigiu, em primeira linha, refletir criticamente sobre as razões que levaram tais instituições a falharem nos anos 1930-1933. Era necessário criar instituições novas, mais resistentes e ressuscitar a cultura política democrática. Até hoje, não é possível entender a República Federal da Alemanha sem conhecer essa constante reflexão crítica sobre o “Terceiro Reich”. Além disso, a primeira década do pós-guerra foi o período de tentar esquecer os próprios traumas. Havia poucas possibilidades de tratamento psiquiátrico de traumas. Nos anos 1960, Alexander e Margarete Mitscherlich analisaram a situação, a partir da experiência do seu próprio exercício da psiquiatria, como um período de “incapacidade de luto”, como melancolia no sentido do grande psiquiatra Sigmund Freud: a incapacidade de viver caso o indivíduo assumisse abertamente seus próprios atos.[[6]](#footnote-6) Como em outras ditaduras, muitas vezes não era fácil separar claramente os “papeis” de perpetrador ou vítima. A maioria das pessoas acabava ficando sozinha com seus problemas – e se calava. Seja para tentar deixar para trás seus traumas, seja para não ser penalizado pelos seus crimes.

Foi nesse contexto que surgiu o livro de Inge Scholl: os valores e as motivações morais da resistência, que foram redigidos de maneira tão pertinente nos panfletos da rosa Branca, agora se tornavam importantes para a reconstrução moral e política de um sistema parlamentarista na República Federal da Alemanha – seguindo a exigência formulada nos panfletos de que este deveria ser o sistema a longo prazo. Portanto, o livro de Inge Scholl acerto em cheio no debate fundamental sobre a configuração da nova forma de Estado.

Uma segunda frente onipresente naqueles anos reforçou o debate: a Guerra Fria. Os temas cruciais ao se defrontar com o processo de stalinização na zona de ocupação soviética e na RDA, que se radicalizava cada vez mais desde 1948, eram a liberdade e eleições livres. Nas pesquisas atuais, este aspecto tem sido interpretado como motivação principal de Inge Scholl para dar destaque, no seu ensaio, ao tema da liberdade nos panfletos e instrumentalizar a história dos seus irmãos neste sentido.[[7]](#footnote-7) Mas é bom ter cautela com julgamentos desta sorte: para a repercussão na República Federal da Alemanha, e logo para além dela, é conveniente ler os próprios textos dos panfletos. E neles pode-se constatar essa exigência. Não faríamos jus ao amplo leque dos motivos para posturas de resistência durante o “Terceiro Reich” se perdêssemos de vista as metas originais de preparar “uma ordem social” em que “a justiça, a dignidade humana e a livre autodeterminação seriam garantidas, independentemente da respectiva filiação ideológica”: são as palavras de Hans Mommsen, um dos primeiros e mais contundentes críticos da resistência conservadora, que dá especial destaque à importância das estruturas do regime em oposição a ideias e ideologias para explicar as origens da resistência.[[8]](#footnote-8)

Mas é fato que Inge Scholl deu ênfase especial ao tema da liberdade. Nos próprios panfletos fica muito mais evidente o quanto o destacamento de Hans Scholl e Alexander Schmorell como oficiais enfermeiros no Leste os influenciou e conduziu à segunda fase, de maior visibilidade pública do grupo. Este exemplo é especialmente representativo no contexto da pesquisa da resistência: muitas vezes, uma única experiência parece ter dado o impulso para a resistência, principalmente na resistência nacional-conservadora. O exemplo da Rosa Branca demonstra um trajeto diferente: há anos a rejeição dos estudantes da Rosa Branca ao regime havia crescido. Mas agora, diante dos fuzilamentos em massa e das deportações na Europa oriental, eles perceberam o quanto suas análises dos crimes do regime ainda haviam ficado atrás da realidade. Parece que eles se deram conta da dimensão dos crimes a partir de alguns exemplos isolados, mas não tinham conhecimento mais fundamentado do mais alto escalão da violência: dos poucos campos de extermínio em escala industrial como Treblinka ou Sobibor, para onde iam os trens de deportação que haviam visto em Varsóvia, por exemplo. Por outro lado, a vivência da guerra de extermínio também não deveria ser isolada demais como motivação individual:[[9]](#footnote-9) a argumentação ético-política inicial e aquela baseada na condução da guerra se entrelaçam bastante nos panfletos.

Durante décadas, Inge Scholl colecionou um vasto material sobre a resistência no sentido mais amplo e compilou alguns documentos nas edições posteriores do livro. Seu extenso legado só está acessível há alguns anos no Instituto de História Contemporânea (*Institut für Zeitgeschichte*) em Munique e permite à pesquisa mais recente analisar com mais precisão as alterações feitas no livro e vários dos seus vieses propositais.

Durante muito tempo, o grande sucesso do livro impediu reconhecer o significado dos outros membros da Rosa Branca. Pois foram basicamente Alexander Schmorell e Hans Scholl, os cabeças e líderes intelectuais e políticos do grupo, que redigiram os panfletos, e Willi Graf teve grande participação ao distribuir os panfletos a outros grupos em toda a Alemanha ou em lugares anônimos em Stuttgart, Friburgo, Hamburgo e no Sarre. Hoje em dia, sabemos muito mais sobre os outros integrantes do grupo do que nos anos 1960. Isso se deve em primeira instância aos seus amigos e familiares, que relataram suas experiências e aos poucos permitiram o acesso e às vezes também publicaram – vários somente no séc. XXI – a correspondências e outros documentos.[[10]](#footnote-10)

Vários materiais bastante extensos surgiram depois da reunificação alemã, entre eles os protocolos que a Gestapo\* lavrava dos interrogatórios, e outros documentos processuais. Haviam sido arquivados por muito tempo em Moscou e depois entregues à RDA, que só permitiu o acesso a pouquíssimos pesquisadores.[[11]](#footnote-11) Por tal motivo, os depoimentos de testemunhas de época que integram o livro de Inge Scholl, que por sua vez refletem a mentalidade do momento da sua redação, podem ser relativizados quanto ao seu teor. Mas é interessante que em alguns quesitos eles também não podem ser totalmente refutados – por exemplo a auto-representação do oficial da Gestapo\* que conduziu os interrogatórios, que focalizou seu relato no início dos anos 1950 no seu esforço de oferecer a Sophie Scholl saídas para que ela recebesse penas mais brandas.

Como também é o caso de depoimentos de testemunhas de época, o estudo dos documentos da persecução deve considerar uma série de fatores altamente complexos de sua trajetória. Os protocolos dos interrogatórios são formulados pelos perseguidores. Mesmo afirmações possivelmente verídicas dos perseguidos podem camuflar um grande leque das mais diversas motivações, tal como a proteção de correligionários e familiares, estratégias processuais e até mesmo o próprio medo da morte. As afirmações do professor Huber também devem ser interpretadas com muita cautela tendo em vista estes aspectos. Apesar dessa complexidade metodológica da interpretação das fontes, o que se confirma segundo o estado da pesquisa em 2013 é a coragem destes estudantes que, no breve intervalo entre sua detenção e sua execução, impressionaram as poucas pessoas com quem ainda tinham contato tanto quanto seus panfletos impressionaram um público cada vez maior – e acabaram impressionando o regime no sentido oposto, que logo os classificou como extremamente perigosos, apesar de nenhum deles ter realmente possibilidades concretas de golpe.

Neste sentido, o livro de Inge Scholl ainda oferece aos leitores de hoje um acesso à Rosa Branca que une emoções e fatos. Quem quiser aprofundar o tema, pode consultar as fontes através das obras citadas nas notas deste prefácio e que hoje se encontram muito mais acessíveis ao público do que ainda há alguns anos. Outras fontes, entre outros de pessoas privadas, provavelmente ainda surgirão.

Continuará havendo divergências acerca dos objetivos do grupo, da respectiva importância das influências filosóficas[[12]](#footnote-12) e políticas e das experiências pessoais na guerra de extermínio conduzida pelos alemães na Europa Oriental, e também da sua relevância para a resistência como um todo. De uma forma geral, os diferentes estudos empreendidos desde a morte dos conspiradores refletem a grande extensão das abordagens que nos permitem entender a vida e a morte sob a ditadura nazista. Ditadura essa que depois da morte dos estudantes ainda viria a aumentar de maneira exponencial seu ímpeto de extermínio, que até o final da guerra na Europa se dirigiria, de maneira cada vez mais desenfreada[[13]](#footnote-13), contra a sua própria população.

1. Na ex-Alemanha oriental, a primeira publicação do livro data de 1986. [↑](#footnote-ref-1)
2. Para análises e sínteses especialmente claras sobre estes itens, vide: Martin Broszat e Klaus Schwabe (eds.), *Die deutschen Eliten und der Weg in den Zweiten Weltkrieg*, Munique 1989; Klaus-Jürgen Müller (ed.), *Der deutsche Widerstand 1933-1945*, Paderborn e outros 2a ed. 1990; Jürgen Schmädeke e Peter Steinbach (eds.), *Der Widerstand gegen den Nationalsozialismus. Die deutsche Gesellschaft und der Widerstand gegen Hitler*, Munique e Zurique 1985. [↑](#footnote-ref-2)
3. A pesquisa já estudou tal relação há bastante tempo. Vide principalmente Klaus-Jürgen Müller, *Das Heer und Hitler. Armee und nationalsozialistisches Regime 1933-1940*, Stuttgart 1969, 2a edição 1988. [↑](#footnote-ref-3)
4. Vide por exemplo o impressionante estudo de protocolos de escutas de conversas de soldados alemães em prisão de guerra sob controle dos aliados numa cooperação entre a história e a psicologia social: Sönke Neitzel e Harald Welzer, *Soldaten. Protokolle vom Kämpfen, Töten und Sterben*, Frankfurt/Main 5a edição, 2011 (várias traduções, entre outros em espanhol), Taschenbuch Berlim 2012 (espanhol: *Soldados del Tercer Reich. Testimonios de lucha, muerte y crimen,* Barcelona 2011, 2 a edição 2012, edição brasileira em preparação). [↑](#footnote-ref-4)
5. Dentre a grande quantidade de obras panorâmicas, que também dão acesso aos extensos resultados de pesquisa mais específicos, são mencionados alguns: Peter Hoffmann: *Widerstand, Staatsstreich, Attentat, Der Kampf der Opposition gegen Hitler*, 4 a edição Munique 1985; Peter Steinbach (ed.): *Lexikon des Widerstandes 1933–1945*, Munique 1994; Wolfgang Benz e Walter H. Pehle (eds.): *Lexikon des deutschen Widerstandes*, 2 a edição Frankfurt am Main 1994; Gerd R. Ueberschär (ed.): *Handbuch zum Widerstand gegen Nationalsozialismus und Faschismus in Europa 1933/1939 bis 1945*, Berlim e Nova York 2011. [↑](#footnote-ref-5)
6. Alexander e Margarete Mitscherlich, *Die Unfähigkeit zu trauern. Grundlagen kollektiven Verhaltens*, Munique 1967. [↑](#footnote-ref-6)
7. Christine Hikel, *Sophies Schwester. Inge Scholl und die Weiße Rose*, Munique 2013. [↑](#footnote-ref-7)
8. Hans Mommsen, Die Opposition gegen Hitler und die deutsche Gesellschaft 1933-1945, in: Müller (ed.), *Der deutsche Widerstand*, p. 22-39, aqui p. 38s. [↑](#footnote-ref-8)
9. Detlef Bald estudou o tema mais a fundo: *Von der Front in den Widerstand*, Berlim 2003. [↑](#footnote-ref-9)
10. Vide, entre outros: Inge Jens (ed.), *Hans und Sophie Scholl. Briefe und Aufzeichnungen*, Frankfurt/M. 1984; Anneliese Knoop-Graf e Inge Jens (eds), *Willi Graf. Briefe und Aufzeichnungen*, Frankfurt/M. 1988; Christiane Moll (ed.), *Alexander Schmorell, Christoph Probst. Gesammelte Briefe*, Berlim 2011; Thomas Hartnagel (ed.), *Sophie Scholl, Fritz Hartnagel: Damit wir uns nicht verlieren. Briefwechsel von 1937-1943*, Frankfurt/M. 2005; [↑](#footnote-ref-10)
11. Vide, entre outros, a extensa documentação de Ulrich Chaussy e Gerd R. Ueberschär, *„Es lebe die Freiheit!“ Die Geschichte der Weißen Rose und ihrer Mitglieder in Dokumenten und Berichten*, Frankfurt/M. 2013, que contextualiza minuciosamente as fontes segundo o estado da pesquisa e explora as dificuldades de interpretação. [↑](#footnote-ref-11)
12. Por exemplo, Barbara Schüler, em *„Im Geiste der Gemordeten…“ Die „Weiße Rose“ und ihre Wirkung in der Nachkriegszeit*, Paderborn e outros 2000, estuda a influência do “renouveau catholique” francês em torno do filósofo Jacques Maritain e alguns membros do grupo. [↑](#footnote-ref-12)
13. Elisabeth Thalhofer, *Entgrenzung der Gewalt. Gestapo-Lager in der Endphase des Dritten Reiches*, Paderborn e outros 2010; Ian Kershaw, *Das Ende - Kampf bis in den Untergang : NS-Deutschland 1944/45*, Munique 2011 (The End: The Defiance and Destruction of Hitler's Germany, 1944-1945, New York 2011). [↑](#footnote-ref-13)